



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/08/2016 - Convergência Digital

Risco de exposição à corrupção chega a 48% nas corporações brasileiras

Análise realizada a partir do relato de 642 companhias revela que, mesmo após a promulgação da Lei Anticorrupção, a maioria das empresas ainda não adotou métodos corretos para prevenir atos de corrupção e evitar penalizações. Consultoria alerta sobre os prejuízos causados pela falta de práticas em compliance e os benefícios ao adotá-las.

A promulgação da Lei Anticorrupção do Brasil (Lei Empresa Limpa 12.846/13) atendeu aos anseios da população e fortaleceu o combate à cultura da impunidade. Com sanções administrativas severas, que podem ser aplicadas a companhias de todos os portes, as empresas deveriam incluir em sua agenda a criação de medidas para prevenir e combater a corrupção e as fraudes.

O estudo aponta, porém, que este cenário ainda não alcançou os níveis adequados de debate dentro da maioria das organizações, de acordo com a ICTS Protiviti, consultoria especializada em auditoria interna, serviços em gestão de riscos e compliance, que realizou uma análise do nível de maturidade de compliance de empresas brasileiras.

Com uma amostra de 642 companhias, o levantamento aponta que 48% das empresas analisadas estão em situação de extrema exposição a riscos de corrupção e apenas 3% adotam um bom conjunto de ações de um programa de compliance. Os números apresentam uma situação alarmante por parte das companhias quanto às atuais medidas tomadas para sanar os riscos associados à corrupção, condutas anti-éticas, fraudes e outras falhas de conformidade.

De acordo com Jefferson Kiyohara, líder da Prática de Riscos & Compliance da ICTS Protiviti, as empresas precisam aumentar a conscientização sobre a importância de implantar um programa efetivo de compliance. "Mesmo com a ampla divulgação sobre o tema em função das investigações, acordos e sanções impulsionados pelas operações da Polícia Federal, como Lava Jato e Zelotes, muitas companhias ainda não entraram na rota correta para proteger o seu negócio, a sua reputação e os seus profissionais,

e inclusive há aquelas que pagarão para ver até onde conseguirão chegar sem adotar as medidas anticorrupção necessárias".

Programas de compliance inexistentes ou incipientes expõem a riscos como o fechamento da empresa, perda de clientes, restrição de acesso a crédito, danos reputacionais junto a fornecedores e clientes, gastos com multas, punições e com advogados de defesa, sem contar os prejuízos financeiros alavancados pelas fraudes, que são responsáveis por uma perda média de 5% do faturamento das empresas, conforme levantamento da Association of Certified Fraud Examiners (ACFE).

Segundo a consultoria, na análise deste ano houve um aumento pelo interesse no tema compliance, principalmente entre empresas de até 99 colaboradores. Se comparada à versão realizada em 2015, esta nova amostra foi ampliada em 38% no número de empresas participantes. Dessas, 56% são companhias de até 99 profissionais, 21% contemplam de 100 a 499 funcionários e 23% estão acima de 500.

Outra informação preocupante apresentada na análise relata que 71% das empresas ainda não mapearam seus riscos de exposição à corrupção e 68% não adotam processos de análise de terceiros (Due Dilligence). Para o especialista, tais dados demonstram que há ainda um caminho a ser percorrido. "Na atual conjuntura, os orçamentos estão limitados.

O mapeamento de riscos permite identificar o que é crítico e definir um plano de ação priorizado, otimizando o uso dos recursos da empresa. E mesmo assim não tem sido feito". Analisando os riscos de terceiros, Kiyohara afirma: "Se o pagamento de propina for feito por um fornecedor, em benefício da empresa, ambos podem ser penalizados. E mesmo assim, há empresas que não se preocupam em realizar uma pesquisa reputacional do seu fornecedor"

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infoid=43267&sid=16>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/08/2016 - Telesíntese

Compensação ao consumidor não pode ser a mesma em todo o país, dizem as teles

Três temas dominaram a audiência pública de hoje, realizada pela Anatel, e na qual se discutiu o novo regulamento de disponibilidade: a metodologia de ressarcimento coletivo do consumidor, as metas de disponibilidade dos serviços móveis e os custos do impacto regulatório.

A audiência pública que aconteceu hoje, 17, em Brasília sobre o novo regulamento de disponibilidade dos serviços de telecomunicações mostrou que há três tópicos sensíveis para as empresas: a metodologia aplicada para o ressarcimento coletivo de usuários prejudicados pela perda de sinal, as metas de disponibilidade e a avaliação do impacto regulatório das medidas.

O assunto que dominou o debate foi o ressarcimento. A proposta da Anatel prevê a compensação financeira a todos os usuários de uma cidade onde tenha havido queda de sinal, com base na receita média por usuário em âmbito nacional. As operadoras manifestaram desconfiança e descontentamento com a proposta.

“A sistemática de indenização coletiva baseada no ARPU nacional traz distorções e prejuízo para a operadora. A indenização a todos os usuários do município vai indenizar quem não foi prejudicado. O órgão regulador extrapola suas premissas”, disse Mauro Teixeira da Silva, do SindiTelebrasil.

Segundo ele, no serviço móvel pessoal não é possível correlacionar um determinado município onde houve falha de ERBs ao número de usuários prejudicados. A proposta também não leva em conta, a seu ver, usuários em roaming.

“Onde o ARPU é mais baixo, as operadoras vão gastar mais para compensar, e onde o ARPU é mais alto, o cliente poderá cobrar indenização ainda maior, criando insegurança jurídica. Por isso o setor entende que o ressarcimento individual pelos usuários diretamente afetados seria a melhor metodologia, e pelo ARPU, somente no pré-pago”, falou Silva.

A Oi fez intervenções no mesmo sentido. O advogado da empresa, Luiz Alonso, disse que o regulamento não leva em conta os custos das operadoras. “A compensação coletiva não deve prosperar. Não há dados concretos que justifiquem essa escolha, que induz operadoras a indenizar usuários não afetados pela interrupção. Sugerimos manter o modelo atual, de compensar apenas os prejudicados. Qualquer medida que não guarde relação direta com o valor gasto pelo usuário, levará a inseguran-

ça jurídica”, alegou.

Interrupção

O novo regulamento também define o que é interrupção para todos os serviços – antes este conceito só existia para o STFC – e estabelece o período de tempo a partir do qual a ausência do serviço é considerada tecnicamente uma interrupção. O período de tempo foi definido em dez minutos, número considerado arbitrário pela Claro.

“A gente segue hoje o que foi acordado no passado com a Anatel. Por exemplo, eram consideradas interrupções quedas de 30 minutos, passou para 10 minutos. Antes se considerava 20% das ERBs sem funcionar para haver interrupção, agora qualquer ERB que pare de funcionar [já caracteriza]. Não dá para simplificar o processo e a fiscalização, afetando enormemente as prestadoras no sentido financeiro. O ressarcimento não é comum a todos os serviços”, falou Maria do Carmo Batistel, Claro.

Segundo a Anatel, o indicador de disponibilidade varia dependendo do serviço e vai ser estabelecido por município a partir de avaliações anuais. Como exemplo, na telefonia fixa, o serviço só pode ficar fora do ar cinco horas por mês ou 60 horas por ano; senão terá que ressarcir o usuário. Na telefonia móvel, o patamar é mais flexível – 350 horas no ano.

O representante do SindiTelebrasil também reclamou da análise de impacto regulatório (AIR) que justifica a proposta de regulamento. “Tal análise peca em não apresentar análise de impacto financeiro mais profundo que demonstre os custos para as operadoras. Algumas obrigações podem inviabilizar o negócio em algumas localidades”, alertou.

José Alexandre Bicalho, superintendente de Planejamento da Anatel, rebateu: “Acho muito válidas contribuições que trazem ideias que podem ser usadas na análise de impacto. Mas há assimetria de informações que vocês têm nas empresas, a gente pede, mas sempre enfrentamos resistências em obter. É na fase de consulta que precisamos receber as informações para subsidiar a elaboração do AIR, como custos”, lembrou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/08/2016 - Telesíntese

Telefonia celular: Tim lidera perdas em junho e cai para terceiro lugar

Entre as quatro maiores, só a Vivo ganhou. Uma adição de apenas 47 mil assinantes.

Os dados divulgados pela Anatel relativos à base de terminais ativos de telefonia móvel do mês de junho de 2016, que encolheu 0,7% em relação ao mês anterior, indicam que, entre as quatro maiores operadoras, a que mais perdeu assinantes foi a TIM. Sua base encolheu cerca de 1,383 milhão de assinantes, para 65,371 milhões. Isso lhe custou cair de 2ª para 3ª colocada no ranking.

A liderança em market share continua com a Vivo, que praticamente manteve estável sua base de assinantes, que passou de 73,256 milhões para 73,303 milhões – um ganho de 47 mil assinantes. Já a Claro, agora a segunda do ranking, perdeu 321 mil assinantes, 64,585 milhões para 64,264 milhões. A Oi também perdeu 184 mil assinantes, de 47,737 milhões para 47,553 milhões.

18/08/2016 - CUT

Rurais ficam de fora da retomada do Minha Casa Minha Vida anunciado por Michel Temer

Governo Federal anunciou a contratação de novas unidades habitacionais

No último dia 11 o Governo Federal anunciou a contratação de novas unidades habitacionais na faixa 1,5 do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Porém, a retomada das contratações não incluiu os povos do campo nesta fase.

De acordo a informação da secretaria (SHN) do Ministério das Cidades, o anúncio para a faixa 1,5 (FGTS) do PMCMV contemplará unicamente a área urbana. Os recursos são na ordem de R\$ 3,8 bilhões, com previsão de 40 mil moradias para atender famílias com renda de até R\$ 2.350, com possibilidade de subsídio de até R\$ 45 mil e de financiamento de imóveis até R\$ 135 mil.

Os agricultores familiares que ficaram de fora do programa anunciado terão que aguardar até 2017, pois segundo a secretaria do Ministério das Cidades, se não houver mudanças do que foi estabelecido pelo governo interino, a previsão de retomada do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com os ciclos de contratação e com entidades habilitadas, será a partir de janeiro do próximo ano

Vale lembrar, que o programa habitacional implementado pelo Governo Dilma, abrange os agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores artesa-

nais, ribeirinhos e indígenas) com renda familiar bruta anual até R\$ 78 mil comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No entanto, com as mudanças políticas de Michel Temer os programas sociais têm adquirido novo escopo e perfil e isso tem provocado constantes preocupações por parte dos movimentos sociais.

Nas reuniões que ocorreram em julho entre as entidades do campo com o ministro das cidades, Bruno Araújo, o gestor já havia declarado que não reconhecia os movimentos sociais do campo no processo habitacional do programa. Com esse anúncio da retomada do programa sem a inclusão dos agricultores familiares, os trabalhadores rurais temem por perderem políticas públicas que ajudam no processo do desenvolvimento agrário e inclusão social.

Mais uma vez a Fetraf questiona quais os rumos e intenções do atual governo interino, quando a agricultura familiar é tratada como mero figurante na agricultura do País. Porém, essa atitude não foi surpresa para a Fetraf, que diante do cenário político mobiliza seus trabalhadores e sociedade para o enfrentamento de medidas retrógradas, dando continuidade as lutas pelo desenvolvimento agrário com sustentabilidade e segurança alimentar.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

18/08/2016 - RBA

Em 2016, R\$ 339 bilhões foram sonegados: lavagem de dinheiro consome 80%

Sinprofaz expõe hoje painel digital em Porto Alegre. Sindicato diz que recuperação dos valores amortizaria déficit público de R\$ 170 bilhões previsto por Temer para este ano



135 pessoas devem, individualmente, mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos

Em 2016 já foram sonegados aproximadamente R\$ 339 bilhões, segundo o Sonegômetro, placar digital criado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). A entidade estima que 80% desse valor (R\$ 271 bilhões) são sonegados através de lavagem de dinheiro e que sua recuperação amortizaria o déficit público previsto pelo governo interino de Michel Temer em R\$ 170 bilhões neste ano.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional divulgou recentemente a versão atualizada da lista dos devedores, uma relação de pessoas físicas e jurídicas inscritas na Dívida Ativa da União, mostrando que, considerando a dívida tributária não previdenciária, a dívida previdenciária e a dívida de FGTS, 135 pessoas devem, individualmente, mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

"A meta fiscal de 2016 terá um déficit primário

que representa o terceiro rombo anual seguido nas contas públicas. O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas – a maior parte da receita primária é arrecadada com impostos cobrados sobre os grandes industriais e comerciantes. O Sonegômetro demonstra que a recuperação dos créditos inscritos na Dívida Ativa da União – que fechou o ano passado em R\$ 1,5 trilhão –, além de conter o déficit, evitaria o aumento dos impostos que recaem sobre a população brasileira", diz o Sinprofaz em nota.

O Sinprofaz expõe hoje (18) o Sonegômetro em Porto Alegre. O painel está exposto no Largo Glênio Peres, no centro da capital gaúcha, até as 18h. Os gaúchos também podem acessar ao site do Sonegômetro para ver quanto o estado já perdeu com a sonegação de ICMS em 2016.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/08/2016 - Vermelho

Com Temer, desemprego bate recorde e atinge 11,3%

No governo antitrabalhador de Michel Temer, o desemprego continua a crescer e bater recordes. Mas, diferente do que acontecia com os indicadores negativos durante a gestão da presidenta eleita Dilma Rousseff, não há alarde na mídia, nem entre as forças que apoiam o golpe. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), taxa de desocupação subiu em todas as grandes regiões do país, fechando o segundo trimestre do ano em 11,3%, comparativamente ao mesmo período de 2015.

A taxas são as mais altas já registradas para cada uma das regiões do país, desde o início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), em janeiro de 2012.

Sem uma agenda voltada para a retomada do crescimento e do emprego, a gestão Michel Temer insiste no discurso da austeridade, que só aprofunda a recessão, penalizando ainda mais o trabalhador. E o cenário deve se agravar para o assalariado, uma vez na pauta do presidente interino está ainda o ataque a direitos e conquistas, uma investida que pode significar até mesmo o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Regiões

De acordo com o IBGE, na região Norte, a taxa de desocupação foi de 8,5% para 11,2%; no Nordeste, de 10,3% para 13,2%; no Sudeste, de 8,3% para 11,7%; no Sul, de 5,5% para 8,0%; e no Centro-Oeste, de 7,4% para 9,7%. No primeiro trimestre de 2016, as taxas haviam sido de 12,8% no Nordeste, 11,4% no Sudeste, 10,5% no Norte, 9,7% no Centro-Oeste e 7,3% no Sul.

Entre as unidades da federação, as maiores taxas de desemprego no segundo trimestre de 2016 foram observadas no Amapá (15,8%); Bahia (15,4%) e Pernambuco (14%), enquanto as menores taxas estavam em Santa Catarina (6,7%), Mato Grosso do Sul (7%) e Rondônia (7,8%).

11,6 milhões de desempregados

Dados divulgados anteriormente pelo IBGE indicam que a taxa geral de desemprego, de 11,3% no trimes-

tre encerrado em junho, é também a maior da série histórica e indicava uma população desocupada de 11,6 milhões de pessoas.

A pesquisa indica, ainda, que o nível de ocupação (indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar) ficou em 54,6% para a totalidade do Brasil no segundo trimestre deste ano.

As regiões Nordeste (48,6%) e Norte (54,4%) ficaram abaixo da média do país. Já nas demais regiões, o nível de ocupação variou dos 59,1% verificados na região Sul, passando pelos 59,2% do Centro-Oeste e até os 56,1% do Sudeste.

Por estado, Mato Grosso do Sul (61,1%), Santa Catarina (59,4%), Paraná (59,2%) e Goiás (59,2%) apresentaram os maiores percentuais, enquanto Alagoas (42,9%), Pernambuco (46,6%) e Rio Grande do Norte (47,2%) apresentaram os níveis de ocupação mais baixos.

Carteira de trabalho assinada

Os dados divulgados hoje pelo IBGE, relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, referentes ao segundo trimestre do ano, apontam a região Sul do país como a que registra o maior percentual de empregados com carteira de trabalho assinada (85,4%), seguida do Sudeste (82,7%) e Centro-Oeste (com 77,5%), todos com percentual de trabalhadores formais superiores à média nacional do país, que fechou o segundo trimestre em 77,3%.

No Nordeste, este percentual de trabalhadores com carteira assinada encerrou o segundo trimestre do ano em 62,25%, enquanto no Norte o índice estava em 61,5%, todos abaixo da média nacional.

Por estado, Santa Catarina (89,7%), Distrito Federal (86,2%) e Rio de Janeiro (85,7%) apresentaram os maiores percentuais de empregados no setor privado com carteira de trabalho, enquanto Maranhão (51,8%), Piauí (52,3%) e Pará (57,4%) exibiram os menores.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/285114-1>